

24 ABR 1930

Um Congresso fraco

O senador Jarbas Passarinho identificou, com precisão, a causa histórica da baixa popularidade do Congresso e, em consequência, a sua também histórica vulnerabilidade: ele trabalha pouco, não mais do que dois dias por semana. Por não trabalhar, o Congresso tem permitido o retardamento excessivo do processo legislativo complementar à Constituição e aceita o acúmulo de milhares de projetos de lei que tramitam moderadamente por suas comissões técnicas.

Este ano, tudo se arma para que o Congresso tenha um ano a mais de ociosidade. Após o curto período de sessões deste final de mês, quando serão votadas as últimas medidas provisórias, ainda pendentes, já se sabe que a Câmara e o Senado cumprirão um período de férias de 15 ou 20 dias, virtualmente inutilizando o mês de maio.

Em junho começa a Copa do Mundo e tudo pára outra vez. Quando a Copa terminar, no começo de julho, já terá começado o recesso legal de 30 dias. Em agosto, a campanha eleitoral se encarregará de ditar o ritmo do Congresso até que se processe o segundo turno, em novembro, véspera do recesso de fim de ano, que só termina após o carnaval do ano seguinte. No fim deste ano será possível contar nos dedos o número de sessões de votação.

O Congresso brasileiro precisa mudar. Não é aceitável essa autocomplacência que lhe retira toda a base moral in-

dispensável ao exercício das suas prerrogativas constitucionais e do seu dever político. A Nação precisa de um Congresso forte, competente, ágil, preparado para assisti-la. E repele uma instituição fraca, usufruidora, cuja má reputação é responsável pelo desempenho ético desastroso das assembleias legislativas, meros reflexos do que ocorre em Brasília. Neste momento, o contraste estabelecido pelo ritmo vigente no Poder Executivo concorre para tornar mais visível a negligência do Congresso e, infelizmente, para desestabilizá-lo também, porque nenhuma autoridade se sustenta só na lei, mas na confiança popular e na credibilidade.

A restituição do Congresso à integridade ética é um dever dos seus líderes, aos quais, em primeiro lugar, cabe a tarefa de fazer com que a instituição funcione, debatendo e legislando. E cabe-lhes, também, assegurar que o faça com espírito público, não com o eleitoralismo com que se houve no recente e deprimente episódio da votação da reforma monetária. Episódios como esse, aliados à crônica indisposição para o trabalho, não levarão o País a bom destino. A baixa popularidade do Congresso torna as instituições vulneráveis, ele próprio a mais vulnerável delas.

Esperemos que um sopro de responsabilidade reacenda, no Congresso, a consciência das suas graves e imensas tarefas.